

*Carlos Lima Junior,
Lilia Moritz Schwarcz e
Lúcia Klück Stumpf*

O SEQUESTRO DA INDEPENDÊNCIA

*Uma história da construção do
mito do Sete de Setembro*

Introdução

ou quando uma nação se imagina a partir de um quadro
9

1/ François-René Moreaux:

a Independência do Brasil ocorreu na Europa
35

2/ Pedro Américo

e a criação de uma pintura que grita!
75

3/ A quem pertence o “brado retumbante”?

*São Paulo e Rio de Janeiro na disputa
pelo Centenário da Independência*
115

4/ O “imperador defunto”:

*os 150 anos da Independência
durante os anos de chumbo da ditadura militar*
163

5/ Ecos do Grito:

as muitas (re)leituras de um quadro
199

6/ As várias independências do Brasil

227

Para terminar:

Lembrar é esquecer
265

Pós-escrito:

*Passado do presente:
o Sete de Setembro em 2022*
286

Cronologia 313

Notas 327

Referências bibliográficas 347

Índice remissivo 363

Créditos das imagens 377

Introdução

ou quando uma nação se imagina a partir de um quadro

Esta outra independência [a cultural] não tem sete de setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo. — MACHADO DE ASSIS, O Novo Mundo, Nova York¹

“**O**UVIRAM DO IPIRANGA AS MARGENS PLÁCIDAS/ De um povo heroico o brado retumbante/ E o sol da liberdade, em raios fúlgidos/ brilhou no céu da pátria nesse instante.” Em poucas linhas, a partir da seleção de algumas palavras emblemáticas, o início do Hino Nacional Brasileiro evoca, de maneira grandiosa e emocional, o Grito da Independência proferido no dia 7 de setembro de 1822, na então pacata província de São Paulo. O riacho do Ipiranga e o famoso brado são devidamente destacados, a despeito de restar omitida a realeza, que acabou por liderar o processo de emancipação política.

As contradições e os silenciamentos presentes na letra fazem parte da própria história do Hino Nacional, que ficou sujeito a muitas versões, voltas e reviravoltas. Diz a narrativa oficial que sua criação se deu no mesmo ano de 1822 pelo maestro e compositor Francisco Manuel da Silva. Há quem diga, porém, que a letra só foi concebida pelo maestro em 1830. Mas o certo é que a Marcha do Hino Nacional que o Brasil hoje escuta e canta é exatamente aquela que d. Pedro I ouvia nas ocasiões mais oficiais.

Já os versos que conhecemos atualmente correspondem à terceira versão dos acordes que acompanham a melodia de Manuel da Silva. A primeira delas, por sinal, foi composta não num momento em que o monarca estava “deitado eternamente em berço esplêndido”. Na verdade, ela se refere ao contexto em que d. Pedro I voltou para Portugal, no dia 7 de abril de 1831, em parte por causa da pressão dos políticos brasileiros contrários à sua atuação considerada autoritária,² e em parte para garantir o Reino de Portugal para sua filha, d. Maria da Glória. Francisco Manuel da Silva executou a melodia pela primeira vez em pú-

blico, numa versão anterior do hino, que, no entanto, recebeu outros versos; os do desembargador Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva.

A composição foi inicialmente chamada de Hino 7 de Abril, em alusão à renúncia do imperador, que na época ficou conhecida como a Segunda Independência, tal o impacto do evento nos ânimos da sociedade civil brasileira. Naquele momento, o hino levou o nome, não menos ufanista, de Marcha Triunfal.

Ambígua, essa versão do Hino Nacional não era exatamente favorável ao primeiro imperador. Tanto que ela não seria tocada no decorrer do Segundo Reinado, uma vez que sua letra foi considerada “ofensiva” aos portugueses, que eram nela definidos como colonizadores “tiranos” e “monstros”. A versão destacava mais o conflito que levou à partida de d. Pedro I do que a visão harmônica da Independência. Ficava distante, portanto, da lenda dourada e pacífica da emancipação política brasileira, que só seria construída, lentamente, durante o reinado d. Pedro II.

Dizia a letra do hino de 1831: “Os bronzes da tirania/ Já no Brasil não rouquejam:/ Os monstros que o escravizavam/ Já entre nós não vicejam.// Da Pátria o grito/ Eis se desata/ Desde o Amazonas/ Até o Prata// [...] Arranquem-se aos nossos filhos/ Nomes, e ideias dos lusos/ Monstros, que sempre em traições/ Nos envolveram, confusos”.³

O hino do desembargador Carvalho e Silva vinha justamente substituir outro concebido pelo monarca deposto — que era versado em música e, além de clarinete, tocava piano —, o chamado Hino da Independência, executado de maneira habitual no país, até então. Ocorre que o hino do imperador foi apagado da história oficial, uma vez que, a essa altura — e devido à querela gerada pela Constituição imposta pelo soberano em 1824, conhecida como A Outorgada, e os demais desencontros com os políticos do Partido Brasileiro —, Pedro I não deveria ser alvo de homenagem, nem sequer reconhecido como autor de peça política de tamanha densidade patriótica. Era melhor que ele ficasse definitivamente em Portugal, e seu filho por aqui.

Em 1841, por ocasião da coroação de d. Pedro II, o hino de Francisco Manuel da Silva foi novamente executado, mas com letra diferente — de autoria desconhecida — da primeira versão. O jeito era “deixar de escanteio” a melodia composta por d. Pedro I, bem como os insultos presentes nos versos xenófobos do desembargador. Assim dizia a terceira versão: “Quando vens, faustoso dia,/ Entre nós raiar feliz,/ Vemos em Pedro Segundo/ A ventura do Brasil.// Da Pátria o grito/ Eis se desata/ Desde o Amazonas/ Até o Prata// Negar de Pedro as virtudes,/ Seu talento escurecer/ É negar como é sublime/ Da bela aurora o romper”.

Como se pode notar, o Pedro citado é agora o “Segundo”, e da versão de 1831 sobrava apenas a referência geográfica: do Amazonas até o Prata. Por sinal, apagar ruídos e apostar num “viveram felizes para sempre” seria a grande característica do Segundo Reinado, modelo muito orquestrado por d. Pedro II durante todo o seu extenso governo.

Nessa política do “nem bem isso, mas também não aquilo”, em tempos de Segundo Reinado, o Hino Nacional foi sendo executado em solenidades civis e militares, mas sem letra, adotado por consenso, sem nenhum ato que o oficializasse. Na verdade, o único consenso era a melodia, que foi tocada sem quebra ou crítica.

O tema da criação do controverso hino chegaria, inclusive, às pinturas, como aquela realizada por José Correia de Lima, em 1850, a qual representa o maestro Francisco Manuel ditando a melodia a uma de suas enteadas, que dedilha (com pouca atenção) no piano, sob os olhos vigilantes do mestre. Destaca-se também a representação de uma elite branca e europeia, em ambiente igualmente ocidental. Nada lembra o calor dos trópicos.

Logo no início da República, mais exatamente em 20 de janeiro de 1890, pretendeu-se alterar o hino para bem coaduná-lo com o novo regime. Realizado um concurso com verba pública, o primeiro prêmio foi para o projeto de Leopoldo Miguez e Medeiros e Albuquerque, o qual se oficializou como Hino da Proclamação da República. Entretanto, a velha melodia, de Francisco Manuel da Silva, que não havia nem ao menos entrado na competição, continuou a ser “o” Hino Nacional. “Prefiro o velho!!!”, teria dito o marechal e então presidente Deodoro



José Correia de Lima
Maestro Francisco Manuel
ditando o Hino Nacional
a suas enteadas, 1850.

► ÓLEO SOBRE TELA,
238 x 175 CM. MUSEU
NACIONAL DE BELAS ARTES,
RIO DE JANEIRO.



Oswaldo Silva
Ouvindo o Hino Nacional,
 [s.d.].

► ÓLEO SOBRE TELA.
 MUSEU DA REPÚBLICA,
 RIO DE JANEIRO.

ainda de uma criança de cabelos loiros e roupas azuis, numa clara projeção sobre o imaginário branqueado do Brasil. Em primeiro plano mais à esquerda da tela; outro idoso sentado numa poltrona; um casal de pé em segundo plano à esquerda; e uma pessoa tocando piano bem no centro.

Embalados por acordes do piano, momentos históricos gloriosos são evocados, a partir da imaginação da audiência, representados por trechos de pinturas bem conhecidas do repertório oitocentista, como a Batalha de Guararapes, a figura de Tiradentes no patíbulo, a guerra contra o Paraguai e, em destaque, a imagem de d. Pedro I, com a espada em riste, ecoando a estrofe do “brado retumbante”. Destaca-se ainda a imagem do Pão de Açúcar; marco simbólico do país, recorrente nas imagens produzidas pelos viajantes e muito difundidas desde o começo do século XIX. Duas bandeiras do Brasil aparecem de maneira nítida, à meia altura, à esquerda. Elas reverberam naquele ambiente e completam a cena, marcada pela atitude de respeito e contemplação dos personagens. A representação alegórica evoca as potencialidades de um hino: ele permite imaginar uma pátria feita de grandes conquistas e emulações morais.

da Fonseca, em alto e bom som, selando a sorte da já consagrada composição.⁴

Inspirado nas letras e acordes da canção, o artista Oswaldo Silva, no começo do século XX, pintou a tela *Ouvindo o Hino Nacional*. O personagem em primeiro plano à direita, sentado numa poltrona e vestindo roupas claras, é o único voltado para o espectador. O senhor de cabelos ralos e brancos aparece contemplativo, com uma das mãos sobre o queixo e o olhar lançado ao horizonte. A cena se compõe